

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Autonomia do direito urbanístico e seus princípios fundamentais*
Alexandre Levin15
- O seguro-desemprego do pescador profissional artesanal: dúplice perspectiva do defeso – proteção das espécies e dignidade do segurado especial*
Augusto Grieco Sant’Anna Meirinho 41
- A soberania popular e as restrições à capacidade eleitoral passiva: o Brasil na contramão da evolução democrática ocidental*
Gabriela Shizue Soares de Araujo..... 61
- Serviço público de combate a incêndio e taxas*
Leonardo de Medeiros Fernandes 87
- A relação de causalidade no Direito e na natureza: breve estudo sobre a legitimidade da imputação do resultado danoso*
Tiago Bitencourt De David..... 99

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Militar. Pensão por morte. Ausência de prévia designação da dependente na relação de beneficiários declarada pelo falecido. Filiação que não consta nem mesmo da certidão de óbito. Certidão de nascimento lavrada apenas com declaração da mãe, em data posterior ao desquite do casal.*
Ap 0035431-32.1988.4.03.6100
Desembargador Federal Souza Ribeiro 113
- Acidente de trânsito. DNER. União Federal. Sucessora. Dano moral e material. Evento danoso e ato lesivo. Configurados. Nexo de causalidade. Demonstrado. Responsabilidade objetiva da administração pública federal. Configurada. Responsabilidade objetiva da empresa Sebo Sol Ltda. Configurada.*
Ap 0709201-10.1996.4.03.6106
Desembargadora Federal Diva Malerbi126

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Incidência do art. 10 da Lei nº 8.429/1992. Ilegalidades na contratação pelo município de organização da sociedade civil de interesse público bem como na execução do termo de parceria firmado entre a municipalidade e a aludida entidade do terceiro setor para a prestação de serviços médicos e odontológicos no âmbito do programa saúde da família.

Ap 0001850-03.2010.4.03.6117

Desembargadora Federal Mônica Nobre132

Usucapião extraordinário. Terreno de marinha. Impossibilidade de usucapião de bens públicos.

Ap 0005429-90.2013.4.03.6104

Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....149

Responsabilidade civil do Estado. Cobrança de Imposto de Renda. Inscrição no CADIN. Indenização por danos morais. Culpa exclusiva da vítima.

Ap 0009860-25.2013.4.03.6119

Desembargador Federal Antonio Cedenho.....152

Atendimento bancário. Tempo de espera em fila. Valor da multa. Expressa previsão legal.

Ag Ap 0000378-71.2014.4.03.6134

Juiz Federal Convocado Leonel Ferreira155

Processo seletivo para o curso de formação de Oficiais Aviadores da Aeronáutica/FAB. Exame de aptidão psicológica: reprovação do candidato. Insurgência judicial contra o resultado negativo. Laudo psicológico encomendado pela parte não se sobrepuja às conclusões do rigoroso exame realizado pela Aeronáutica. Cabe ao judiciário ter responsabilidade para com o interesse coletivo, que sobrepuja o individual.

AI 0000014-37.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo.....158

Recurso Especial. Inadmissibilidade. Descabimento para alegação de violação a dispositivos constitucionais, bem como para aferir suposta contrariedade de normas regulamentares. Lei nº 12.336/2010. Aplicabilidade aos concluintes dos cursos destinados à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários dispensados de incorporação no serviço militar, ainda não convocados.

REsp ApReeNec 0001673-17.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Nery Júnior.....163

Servidor público. Auxílio transporte. Desnecessidade de comprovação de utilização do transporte público. Deslocamento com veículo próprio. Possibilidade.

Ap 0002895-38.2016.4.03.6115

Desembargador Federal Peixoto Junior167

Suspensão de Liminar. Ação Civil Pública em face da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo e Entrevias Concessionária de Rodovias. Pleito para paralisação da concorrência internacional: Lote Florínea –Igarapava. Objetivo de conciliar o projeto de concessão da rodovia SP-333 com a concessão da BR-153, notadamente em relação a projeto de construção de anel viário na cidade de Marília, alteração de praça de pedágio ou, alternativamente, instalação do sistema de cobrança por quilômetro percorrido.

SLAT 5017274-37.2018.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 173

DIREITO AMBIENTAL

Mandado de Segurança. Ave silvestre adaptada há anos ao ambiente doméstico. Manutenção da guarda. Aplicação do princípio da razoabilidade.

ApReeNec 0004747-89.2009.4.03.6100

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....193

DIREITO CIVIL

Acidente do trabalho. Ação de regresso movida pelo INSS contra empregadora responsável pelo acidente. Contribuição previdenciária ao SAT. Não ocorrência de “bis in idem”. Culpa da ré demonstrada. Prescrição. Prazo quinquenal. Princípio da isonomia. Fundo de direito.

Ap 0001315-26.2014.4.03.6120

Desembargador Federal Hélio Nogueira 203

Contrato de compra e venda de imóvel em construção. Programa minha casa minha vida. Atuação da CEF como agente executor de política federal de moradia para pessoas de baixa renda. Responsabilidade civil e solidária entre instituição financeira e construtora. Dano moral. Indenização arbitramento. Critérios de razoabilidade e não enriquecimento indevido.

Ap 0016189-42.2015.4.03.6100

Desembargador Federal Wilson Zauhy 223

DIREITO PENAL

Redução a condição análoga à de escravo. Art. 149, “caput” e § 1º, II, na forma do art. 70, todos do CP. Trabalhadores paraguaios. Condições precárias. Ausência de estrutura mínima para higiene, descanso e alimentação. Intimidação dos prestadores de serviços. Dosimetria. Confissão espontânea. Concurso formal.

Ap. 0001056-11.2002.4.03.6004

Desembargador Federal André Nekatschalow231

Incidente de insanidade mental. Roubo contra os correios. Art. 157, § 2º, I e II, CP. Materialidade, dolo e autoria comprovados. Dosimetria. Pena-base. Concurso de pessoas. Concurso material de crimes. Pena de multa. Substituição por penas restritivas de direitos. Recursos não providos. Pena de multa reduzida de ofício.

Ap. 0000604-88.2009.4.03.6122

Desembargador Federal Maurício Kato.....241

Contrabando. Art. 334-A, § 1º, V, c/c artigo 3º do Decreto-lei nº 399/1968. Art. 29 do CP. Art. 183 da Lei nº 9.472/1997. Dosimetria. Reincidência. Impossibilidade de substituição da pena.

Ap. 0001451-13.2011.4.03.6125

Desembargador Federal Paulo Fontes 254

Pornografia infanto-juvenil. Crimes previstos nos arts. 241-A e 241-B, ambos do ECA. Impossibilidade de aplicação do princípio da absorção. Dosimetria.

Ap. 0003701-45.2011.4.03.6181

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 260

Alteração de documento público verdadeiro. Art. 304 c/c 297 do CP. Dosimetria. Confissão espontânea. Súmula nº 545 do STJ. Regime prisional. Ausência de fundamentação. Alteração de ofício.

Ap. 0007389-97.2016.4.03.6000

Desembargador Federal José Lunardelli 270

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Embargos Infringentes. Recurso interposto na vigência do CPC/1973. Servidor público. Tempo de serviço rural. Período anterior à Lei nº 8.213/1991. Contagem recíproca. Expedição de certidão. Recolhimentos das contribuições devidas.

EI 0005859-70.2003.4.03.0000

Desembargador Federal Luiz Stefanini 279

Aposentadoria por idade de trabalhador rural. Flexibilização de pedidos. Aposentadoria por idade híbrida. Requisitos preenchidos. Benefício devido.

Ap 0001553-55.2013.4.03.6128

Desembargadora Federal Ana Pezarini 287

Embargos Infringentes. Aposentadoria por idade rural. Comprovação da atividade cam-pesina no período imediatamente anterior à implementação do requisito etário. Impossibilidade de estender prova material em nome do cônjuge para período posterior ao óbito. Extinção, de ofício, do processo, sem resolução de mérito.

EI 0002977-86.2013.4.03.6111

Desembargador Federal Carlos Delgado 292

Atividade especial comprovada em parte. Não cumprimento dos requisitos para concessão de aposentadoria especial. Aposentadoria por tempo de serviço indevida. Devolução dos valores recebidos a título de tutela antecipada.

Ap 0006153-76.2013.4.03.6110

Desembargador Federal Toru Yamamoto 302

Pensão por morte. Companheira. Qualidade de segurado. Aposentadoria por idade auferida ao tempo do óbito. Dependência econômica comprovada. Início de prova material a indicar a coabitação e a convivência. Concessão do benefício. Critérios de incidência dos juros de mora e da correção monetária.

Ap 0002212-91.2014.4.03.6140

Desembargador Federal Gilberto Jordan312

Ação Rescisória do INSS. Pensão por morte. Menor sob guarda. Princípio da proibição do retrocesso em direitos sociais. Analogia “legis” em favor do menor sob guarda. Violação de lei: descaracterização na espécie. Dependência comprovada.

AR 0011589-08.2016.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas318

Salário maternidade. Indenização. Estabilidade da trabalhadora urbana gestante. Sentença trabalhista. Súmula nº 244 do TST.

Ap 0018137-88.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira 343

Aposentadoria especial. Indeferimento administrativo. Continuidade do trabalho em condições especiais. Deferimento judicial. Desconto de valores.

ApReeNec 0037232-07.2017.4.03.9999

Desembargadora Federal Inês Virgínia 346

Auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Incapacidade total e temporária. Qualidade de segurado. Preexistência da enfermidade. Auxílio-doença mantido. Termo inicial. Termo final. Fixação da data da cessação do benefício.

Ap 0001612-94.2018.4.03.9999

Desembargadora Federal Marisa Santos351

Benefício assistencial. Idosa. Miserabilidade não configurada. Família. Casa própria em boas condições. Quatro filhos. Dever de prestar alimentos. Acesso aos mínimos sociais. Subsidiariedade da assistência social. Improcedência do pedido.

Ap 0010810-58.2018.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias 355

Auxílio-doença. Incapacidade parcial e permanente. Reabilitação profissional. Possibilidade. Concessão. Requisitos legais preenchidos.

Ap 0011748-53.2018.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 362

Aposentadoria por tempo de contribuição. Revisão. Atividades concomitantes. Soma dos salários-de-contribuição. Atividade principal. Definição. Maior tempo de contribuição.

ApReeNec 0011768-44.2018.4.03.9999

Desembargadora Federal Lucia Ursai 368

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação Rescisória. Revisão de benefício. Conversão de aposentadoria por tempo de serviço em aposentadoria especial. Comprovação das condições especiais. Ruído. Requisitos não implementados. Violação a literal disposição de lei afastada. Documento novo. PPP expedido em data posterior ao julgamento. Inviabilidade. Aplicação da sistemática processual vigente à época da propositura.

AR 0014384-21.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Domingues377

Desconto de benefício previdenciário decorrente de alimentos. Restituição de valores. Impossibilidade.

Ap 0020273-29.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Newton De Lucca 389

Benefício previdenciário indevidamente pago. Execução fiscal. Impossibilidade. Necessidade de ajuizamento de ação própria. Recurso Representativo de Controvérsia. Art. 115, § 3º, da Lei nº 8.213/1991 (MP nº 780/2017). Legislação superveniente. Inaplicabilidade no caso EDcl ApReeNec 0015774-31.2017.4.03.9999

Desembargadora Federal Tânia Marangoni 392

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Obrigatoriedade da observância da Lei nº 9.703/1998, sobre os depósitos judiciais de tributos e contribuições federais, principalmente no que diz respeito à atualização pela Taxa Selic. Decisões divergentes entre as Turmas. Insegurança jurídica. Não comprovada a repetida discrepância. Ademais, os julgados apresentados tratam de resolução de matéria fática, insindicação pelo instituto processual em análise.

IncResDemR 0000239-52.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta 395

Abandono de causa não caracterizado. Pensão por morte. Ação movida em nome próprio pela guardiã dos filhos menores da falecida segurada. Legitimidade ativa. Extinção do processo sem resolução do mérito. Justiça gratuita.

Ap 0012813-83.2018.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 398

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Embargos Infringentes. Sonegação fiscal. Lei Complementar nº 105/2001. Quebra de sigilo bancário. Compartilhamento. Possibilidade.

EIfNu 0002169-94.2015.4.03.6181

Desembargador Federal Nino Toldo 405

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Juízo de retratação. IPI sobre açúcar. Art. 2º da Lei nº 8.393/1991. Constitucionalidade. RE 592.145/SP.*
 Ap 0606642-17.1992.4.03.6105
 Desembargadora Federal Cecília Marcondes413
- Embargos à Execução Fiscal. Saques indevidos após óbito da beneficiária. Ação penal reconhecendo a autoria de pessoa diversa do executado. Trânsito em julgado. Causalidade da Fazenda Nacional.*
 ApReeNec 0005447-68.2005.4.03.6112
 Desembargadora Federal Consuelo Yoshida416
- Cobrança de IPTU. Imóvel que, ao tempo dos fatos geradores, pertencia à Rede Ferroviária Federal S/A. Sucessão, “a posteriori”, pela União. IPTU 1994. Natureza pública dos serviços prestados pela RFFSA. Imunidade não reconhecida. Tributo devido.*
 Ag EI 0049152-61.2009.4.03.6182
 Desembargador Federal Nelton dos Santos..... 420
- Embargos à Execução Fiscal. Tarifa de fornecimento de água e coleta de esgoto. Prazo prescricional decenal. Início contagem. Vigência do CC/2002. Nulidade do título. Não ocorrência.*
 Ap 0001191-63.2011.4.03.6115
 Desembargador Federal André Nabarrete 443
- Repetição do indébito. Imposto de renda. Lei nº 7.713/1988. Moléstia grave. Vencimentos recebidos em atividade. Art. 111, II, do CTN. Incidência do imposto de renda. Prescrição quinquenal.*
 Ap 0011477-25.2011.4.03.6140
 Desembargadora Federal Marli Ferreira448
- Contribuição previdenciária. Valores repassados a dentistas prestadores de serviços aos segurados beneficiários de planos de saúde. Artigo 22, III, da Lei nº 8.212/1991. Não incidência. Compensação.*
 ApReeNec 0005588-30.2013.4.03.6105
 Desembargador Federal Valdeci dos Santos..... 454
- Aduaneiro. Pena de perdimento de veículo objeto de arrendamento mercantil (“leasing”) ou alienação fiduciária. Possibilidade.*
 Ap 0013123-34.2013.4.03.6000
 Desembargador Federal Mairan Maia.....461

SENTENÇAS

Entidade beneficente sem fins lucrativos. Manutenção de animais domésticos e silvestres em suas dependências. Projeto pedagógico dedicado a crianças e adolescentes carentes. Animais abandonados e doados. Espécies ameaçadas de extinção. Pleito administrativo prévio junto ao IBAMA para credenciamento como criadouro conservacionista. Suspensão de auto de infração e da multa.

0001474-34.2011.4.03.6100

Juíza Federal Denise Aparecida Avelar 467

Ação Civil Pública. Pessoas portadoras de necessidades especiais. Regular acesso aos prédios da Agência da Receita Federal no Município de Botucatu.

0002104-55.2015.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 478

Auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Epilepsia após traumatismo craniano. Medicação anticonvulsivante. Incapacidade laborativa parcial e permanente. Concessão de benefício de auxílio-acidente.

0003011-34.2016.4.03.6183

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento 483

Pedido de concessão de aposentadoria por idade. Prévia renúncia de aposentadoria por tempo de contribuição. Alegação de não se tratar de pedido de “desaposentação”, em razão de não existir pleito de utilização de tempo de contribuição posterior à aposentadoria para obtenção de recálculo. Colisão com o entendimento consolidado pelos Tribunais Superiores.

0059902-75.2017.4.03.6301

Juiz Federal Fabiano Lopes Carraro.....486

Embargos à Execução Extrajudicial. Empréstimos consignados. Falecimento do consignante-devedor. Extinção da dívida.

5000439-78.2017.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert491

Responsabilidade civil do Estado. Crédito trabalhista. Penhora no rosto dos autos. Falta grave na prestação jurisdicional. Ato administrativo judiciário. Responsabilidade objetiva por omissão específica. Indenização por danos materiais e morais.

5004280-84.2017.4.03.6119

Juíza Federal Caroline Scofield Amaral 494

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região..... 505

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 509